

Você entende que as rejeições francesa e holandesa à Constituição Européia abalam, em alguma medida, o projeto da União Européia?

SIM:::

Sem união alguma

Guilherme Casarões

Em solenidade oficial nesta quinta-feira, dia 7 de julho, o Congresso Nacional promulgou o controverso "referendo do desarmamento", a partir do qual se pretende decidir o destino do comércio e porte de armas no Brasil. Durante a cerimônia – realizada em meio a uma das maiores crises políticas do período republicano, e conduzida simultaneamente ao grande *reality show* em que a CPMI dos Correios se transformou – um dos líderes presentes foi oportuno em afirmar que o Brasil entraria, naquele momento, "para o seletivo grupo das democracias avançadas". Avançadas porque desarmadas? Não necessariamente, visto que para que o Brasil se torne um país desarmado, ainda há um longo caminho a se trilhar. Avançadas, diria o político, porque levam em consideração o que a população quer, desejo este expresso de forma direta, referendada.

A participação do cidadão de forma direta no curso da política nacional é uma característica que se aproxima do ideal democrático grego, segundo o qual "*el ciudadano es un ser total para quien la política constituye una actividad social natural, no separada del resto de la vida por una nítida línea demarcatoria (...)*".¹⁰ Naturalmente, a presença ativa do povo torna-se inviável na deliberação de todo e qualquer tipo de coisa pública a partir do momento em que o Estado, ou qualquer configuração política que o valha, adquira tamanho numérico e complexidade proibitivos para essa participação. Por isso as delegações de poder, a representação, as instituições políticas e todo o aparato que caracterizam as democracias modernas.

Não obstante os diversos recursos de representatividade em uma democracia, há momentos em que se faz necessário ouvir o povo de uma forma mais sistemática, sonora. Os referendos (cujo poder é vinculante) compõem, lado a lado com outros mecanismos, como os plebiscitos e a iniciativa popular legislativa, o que Sgarbi e Assad classificam como "democracia semi-direta ou participativa".¹¹ Ainda que, por um lado, referendos sejam instrumentos que conferem grande legitimidade à decisão política, eles não são atos políticos *baratos*, nem em termos de custo material, tampouco, e especialmente, em seu custo político.

Os países europeus, no contexto dos esforços pela implementação do que sem dúvida alguma é o projeto mais ambicioso de integração regional jamais visto, optaram por arcar com estes custos. Dos 25 membros da União Européia, dez abriram a decisão de ratificação da Constituição Européia à população, por meio de referendo: Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Irlanda, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Polônia. Em três países, a voz do povo já se fez ouvir. Os hispânicos aprovaram a Carta, ainda em fevereiro. No caso de França e Holanda, a Constituição Européia foi rejeitada por margens folgadas de votação (55% dos franceses e mais de 60% dos holandeses votaram pelo NÃO à Constituição). Dentre os nove que já ratificaram a Carta Européia, o processo foi realizado, à exceção da Espanha, pelo Parlamento. Ainda que seja muito cedo para verificar, de fato, qualquer discrepância entre a vontade do povo e a de seus respectivos representantes, alguns líderes europeus já apontam essa tendência. Geert Wilders, político conservador

¹⁰ DAHL, Robert. *La Democracia y sus Críticos*. Barcelona: Paidón, 1993, p. 27.

¹¹ SGARBI, Adrian e ASSAD, Christianne Cotrim. "Democracia Semidireta no Brasil. Plebiscito, Referendo, Iniciativa Popular Legislativa. Teor Comunicativo e Procedimento". Disponível em: http://www.puc-rio.br/sobrepucc/depto/direito/revista/online/rev05_adrian.html

holandês, levantou a possibilidade de haver algo de errado com seu país, onde “dois terços do Parlamento eram favoráveis a uma Constituição que só um terço da população aprovou”.¹²

Além da clara decepção demonstrada pelos vários idealizadores da Carta frente às negativas francesa e holandesa, um sentimento de desânimo toma conta dos partidários da Constituição Européia nos países onde o referendo ainda não foi realizado. Cogita-se, inclusive, a realização de um encontro de líderes europeus (previsto para os dias 16 e 17 de julho) para debater os rumos do processo de ratificação.¹³ Enquanto isso, os resultados preliminares quanto ao êxito da Constituição Européia deixam claro que, mesmo em “democracias avançadas”, os interesses do povo não gozam de representação proporcional nos Paramentos. Para além disso, os “não” proferidos por França e Holanda são ainda mais destrutivos: não capazes de gerar dissenso interno, contribuem para manter aberta uma profunda ferida no seio europeu – mostrando que as discordâncias entre os próprios membros da União Européia (inclusive entre aliados acolá, como França e Alemanha) apontam para a existência de um longo e tortuoso caminho em direção ao grande projeto europeu.

Nesse interregno, aqueles que optarem por conceder ao indivíduo a possibilidade de decidir correm o risco de ser contrariados, vejam só, pelos mesmos que lhes concederam o poder. Será que os entraves da democracia solaparão, de uma vez por todas, os esforços em prol da construção do maior ente democrático do planeta? Colocado o *trade-off*, somente o tempo poderá dizer se, das querelas estabelecidas entre povo e representantes, entre países dissonantes sobre um projeto comum, sairá uma União Européia mais fraca, ou uma Europa sem união alguma.

NÃO!!!

Europa, um “Estado” de espírito

Dawisson Belém Lopes

Analisar com responsabilidade os possíveis efeitos desencadeados pela recusa de franceses e holandeses à Constituição Européia requer a observação de *como a União Européia*¹⁴ *tem lidado com os reveses ocasionados pela falta de coordenação entre os seus membros* no decorrer de sua existência. E, como veremos (tão sucintamente quanto compete a este ensaio), esses reveses não foram poucos.

Ainda no ano de 1930, o ministro das relações exteriores francês, Aristide Briand, formulou o que seria a primeira proposta para uma “União Européia”. A iniciativa se inseria nas tentativas de pacificação do continente, numa década marcada por sobressaltos e incertezas. Tamanho foi o fracasso do plano de Briand que, em poucos anos, irromperia, no coração da Europa, o mais violento dos conflitos de que já houve notícia – a II Guerra Mundial. O germe da integração continental permaneceu vivo e, a partir da proposta encaminhada por Robert Schuman, em 1950, para a co-gestão de recursos de carvão e aço entre França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, instituiu-se a CECA (a Comunidade do Carvão e do Aço), no ano posterior. Bem-sucedido que tenha sido esse passo, ele não esteve livre de controvérsia: o Reino Unido, cioso de sua soberania, tratou de manter-se afastado dos arranjos de cooperação, desfalcando a iniciativa, material e moralmente. Adiante, em 1957, aqueles seis países que compunham a CECA aprofundaram a integração, lançando um Mercado Comum e uma Comissão Européia de Energia Atômica (*Euratom*), para atender ao duplo propósito de garantir a paz e o livre-comércio no continente (funda-se, então, a Comunidade Econômica Européia - CEE). O Reino Unido, porquanto se nega a aderir àquele Mercado Comum, tenta criar uma zona de livre-comércio que abrangesse todos os membros da OECE (antiga OCDE). Perante a recusa francesa, os britânicos criam, com outros seis países europeus, o seu Mercado Comum, denominado *European Free Trade Agreement* (EFTA).

As décadas de 1960 e 1970 foram pródigas em desencontros no processo de integração europeia. Ante o êxito da “Europa dos Seis”, o premiê conservador Harold MacMillan solicitou o ingresso do Reino Unido na CEE – pedido vetado, em 1963, pela França de Charles de Gaulle, sob a alegação de que “a natureza, a estrutura e a conjuntura próprias da Grã-Bretanha diferiam das do continente”.¹⁵ Em 1967, é o trabalhista Harold Wilson quem reapresenta o pedido de ingresso da Grã-Bretanha na CEE. Mais uma vez, o presidente de Gaulle o rejeita. Os problemas políticos só são contornados com a ascensão de Georges Pompidou à presidência da França, o que gera condições para a superação de entraves com o Reino Unido. A “espiral positiva” culmina com a assinatura, em 1972, do tratado de adesão à

¹² “Holanda e França rejeitam Constituição única”. Disponível em: <http://vestibular.uol.com.br/atualidades/ult1685u186.jhtm>

¹³ http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050530_francaqanda.shtml

¹⁴ Isto é, o aparato institucional europeu cujo objetivo é a integração continental nas esferas política, econômica, jurídica, monetária etc. A União Européia é “ponto de encontro” histórico entre vários “projetos” voltados para a integração continental da Europa. Numa simplificação corrente, costuma-se dizer que à União Européia precedeu a Comunidade Econômica Européia.

¹⁵ Vaisse, M., *As Relações Internacionais Desde 1945*. Lisboa, Edições 70, 1996, p. 99.

Comunidade Comum Européia por Dinamarca, Irlanda, Noruega e Grã-Bretanha. "Europa dos Dez"? Ainda não. Os noruegueses se recusariam, depois de consulta por referendo, a integrar a Comunidade. Nos anos 1980, as turbulências permanecem. Apesar de a criação de um Sistema Monetário Europeu, em 1979, ter implicado relativa estabilização das taxas de juros (criação de uma moeda de referência, o ECU), os nove países demonstram dificuldade em convergir para uma política comum nos planos energético, petrolífero e tecnológico. Afeta-os também a delicada questão da fixação dos preços agrícolas. Em 1984, rebenta uma crise cuja protagonista é a primeira-ministra inglesa Margareth Thatcher, que exige compensação financeira ao Reino Unido pelo montante despendido com os fundos comuns da CEE. Apenas quando superados tais obstáculos, pavimenta-se o caminho para a assinatura do Tratado de Maastricht, fundador da União Européia (UE) – o qual entraria em vigor no ano de 1993.¹⁶ Em 1995, já falávamos de uma "Europa dos Quinze".

Em 1.º de janeiro de 1999, a paridade das moedas é fixada de maneira irrevogável. Instaure-se a "zona do euro", onde passa a circular a moeda única européia. Reino Unido, Dinamarca e Suécia optam pela não-adesão ao regime de moeda única, sinalizando a subsistência de velhas resistências ao projeto de integração continental total. A disciplina orçamentária, um dos pilares da União Econômica e Monetária, motiva celeumas entre os países-membros – Alemanha e França, em especial -, que passam a desrespeitar as diretivas do Banco Central Europeu. Para não mencionar a sempre espinhosa questão turca, a elusiva política de defesa européia, o desemprego maciço... E, apesar de todos os descabros enfrentados para a harmonização econômica e política, a União Européia não pára de crescer. Em 2004, contavam-se vinte e cinco os seus membros. Se fosse um Estado, seria, provavelmente, a maior potência da face da Terra.

A pergunta que se precipita é: com a recente *débâcle* da Constituição Européia (rejeitada, via referendo, por França e Holanda), é razoável a aposta de que "foi aberta a caixa de Pandora", daí resultando sérios riscos ao projeto da União Européia? Creio fortemente não se tratar de uma hipótese credível. Como se tentou demonstrar ao longo do texto, os reveses fizeram e fazem parte da *construção* da União Européia. A despeito dos desafios e ameaças, que foram constantes e significativos ao longo de sua história, o "ânimo de integração" sempre subsistiu – e até se fortaleceu entre os europeus. E o motivo aparente para esse fenômeno é simples: *existe uma Europa que antecede a União Européia*. O "projeto Europa", por assim dizer, deita raízes demasiado profundas. Tudo começou com um mito, do rapto da filha de Agenor, e evoluiu na direção de uma *mentalité collective*. A Roma dos césores já era Europa – bem como as terras governadas pelo imperador Carlos Magno. Não menos Europa era o continente que tentaram reivindicar, a fórceps, Napoleão e Hitler. Estados, nações e Estados-nação são produtos genuinamente europeus. Porém, para além da territorialidade, existe Europa. Há Europa na lei romana e na religião cristã. Mas há muito de Europa na cultura secular das Luzes e no positivismo que se sucedeu. Embora a Europa, entendida como um *grande projeto*, tenha assumido formatos distintos ao longo dos tempos – ora estendendo-se até os Urais, ora cessando em um certo Muro de Berlim -, o substrato comum, de idéias e de costumes, sempre teimou em desrespeitar as barreiras geográficas que se impunham. Poucos ousarão negar o componente de Europa que se encontra em institutos – hoje, tão universais – como os *direitos humanos*, a *opinião pública*, a *civilidade*, o *racionalismo*... Como disse, certa feita, o historiador Robert Darnton: "A Europa é, de fato, um estado de espírito".¹⁷

¹⁶ Novamente, é ilusória a versão de que este estágio do processo integrador da Europa esteve infenso às dificuldades. Uma ampla reforma da PAC, a Política Agrícola Comum da Europa, fez-se necessária para a transição da Comunidade à União Européia. A polémica foi tão intensa no interior de alguns Estados que, para se ter uma idéia, a França – sempre a França – aprovaria o documento de Maastricht somente após passar por um referendo que dividiu – literalmente – a sua população: 51,05% a favor; 48,95% contra o ingresso na UE.

¹⁷ Darnton, R., *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 91.